

EDUCAÇÃO E PANDEMIA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DA ESCOLA ESTADUAL LAURO BARREIRA

EDUCATION AND PANDEMIC: THE PERCEPTION OF TEACHERS FROM LAURO BARREIRA STATE SCHOOL

EDUCACIÓN Y PANDEMIA: LA PERCEPCIÓN DE LOS PROFESORES Y PROFESORAS DE LA ESCUELA ESTATAL LAURO BARREIRA.

SILVA, Ueliton André dos Santos¹ 

TEIXEIRA, Tiago André dos Santos² 

RESUMO

A pandemia de Covid-19 tem afetado o mundo de forma imprevisível e sem precedentes. Assim, mediante os desafios decorrentes da pandemia de Covid-19 e suas reverberações nos variados contextos sociais, o presente artigo tem por objetivo investigar a percepção dos professores e professoras de uma escola do município de Santa Cruz das Palmeiras-SP sobre os impactos da pandemia de Covid-19 em seu fazer profissional. A metodologia aplicada para a materialização desta investigação foi a pesquisa descritiva de caráter qualitativo. Os resultados demonstram que o atual cenário pandêmico tem impactado os professores e professoras em três esferas, a saber, psicológica, tecnológica e financeiro/temporal.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19; Educação; Professores.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has affected the world in unpredictable and unprecedented ways. Thus, through the recurring challenges regarding Covid-19 pandemic and its replications in various social contexts, this article aims to investigate the teachers perception from a school in Santa Cruz das Palmeiras-SP city, about the impacts of the Covid-19 pandemic on their professional activities. The methodology applied for this research was qualitative descriptive research. The results show that the current pandemic scenario has impacted teachers in three spheres; psychological, technological and financial/temporary.

Keywords: Covid-19 pandemic; Education; Teachers.

RESUMEN

La pandemia del Covid-19 ha afectado el mundo de forma imprevisible, y sin precedentes. Así, mediante los desafíos recurrentes de la pandemia del Covid-19 y sus reverberaciones en los variados contextos sociales, el presente artículo tiene como objetivo investigar la percepción de los profesores y profesoras de una escuela de la ciudad de Santa Cruz das Palmeiras-SP sobre los impactos de la pandemia del Covid-19 en sus haceres profesionales. La metodología aplicada para la materialización de esta investigación fue la pesquisa descriptiva de carácter cualitativo. Los resultados demuestran que el actual escenario pandémico ha impactado a los profesores y profesoras en tres esferas; psicológica, tecnológica y financiera/temporal.

Palabras clave: Pandemia de Covid-19; Educación; Profesores.

¹ Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Salvador– Bahia – Brasil.

² Durham University – DU – Durham – Reino Unido.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 tem afetado o mundo de uma forma imprevisível e sem precedentes. Enquanto fenômeno coletivo, a pandemia tem gerado diferentes respostas por parte dos governantes, a saber, determinação de regras para o isolamento social, controle do fluxo e da permanência de pessoas nos espaços públicos, fechamento temporário dos estabelecimentos comerciais não essenciais e o fechamento temporário das universidades e escolas. Assim, as mudanças impostas pelo governo federal e estadual às instituições de ensino no Brasil em seus diferentes níveis, têm gerado uma abrupta mudança do ensino presencial ao ensino remoto. Tal mudança tem gerado muitos desafios, dos quais é possível destacar a questão do acesso dos professores e alunos à internet, questões de ordem socioeconômica dos alunos e seus impactos para a aquisição de dispositivos eletrônicos necessários para essa nova modalidade de ensino, e, a própria formação e capacitação dos docentes para atuarem de forma efetiva nesse universo digital (HAMPSHIRE, 2020; PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

Frente ao exposto, verifica-se que alguns dos desafios apresentados têm sido consideravelmente analisados na literatura. Contudo, estudos empíricos que considerem tais questões em um contexto marcado por uma crise social e sanitária como atual cenário pandêmico se mostram escassos (GORE *et al.*, 2021). Este ponto, destaca a relevância da profusão de novas investigações acerca do assunto, posto que, tal situação requer um olhar atento e que auxilie em alguma medida a tomada de decisões mais assertivas no âmbito da educação escolar por parte dos gestores.

Em ato contínuo, verifica-se que o modelo implementado agrava ainda mais a distância entre realidade e ficção do princípio balizador da política educacional no Brasil: O direito universal a educação pública e gratuita. Frente a amplitude do tema, o objetivo desse artigo é analisar de que forma as políticas educacionais do estado de São Paulo em resposta à pandemia causada pelo Covid-19 têm impactado os professores e os alunos do ensino fundamental e médio do município de Santa Cruz das Palmeiras. Nossa crítica a tal modelo de ensino remoto, não é um apelo à volta ao ensino presencial, mas sim, a necessidade de medidas que sejam mais inclusivas e que levem em consideração as condições materiais dos alunos e professores afetados diretamente por esta nova modalidade de formação escolar.

Para alcançarmos nosso objetivo, o presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira seção, apresentamos uma breve descrição do *locus* da pesquisa, em seguimento, discorreremos acerca de algumas implicações trazidas pela pandemia ao cenário educacional. Na segunda seção, exibimos as percepções dos professores e professoras de uma escola do estado de São Paulo, acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 em sua atuação profissional. Na terceira seção, concluímos o presente artigo dissertando acerca dos resultados obtidos com a pesquisa.

A metodologia aplicada para a materialização de nossa investigação foi a pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Inicialmente foi realizada uma análise de ordem bibliográfica para o levantamento de dados sobre o assunto com o objetivo de identificar possíveis lacunas na literatura. Posteriormente, foi produzido o instrumento para coleta de dados, a saber, entrevistas semiestruturadas. Assim sendo, destaca-se que, a primeira etapa da pesquisa consistiu em realizar uma análise da literatura acerca dos temas relacionados ao impacto da pandemia de Covid-19

sobre o sistema educacional no Brasil e ao papel que o Estado brasileiro tem assumido nesse contexto nas suas mais variadas escalas estatais.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em realizar entrevistas com dezenove professores e coordenadores do ensino médio e fundamental de uma escola paulista, a qual tem seu corpo discente constituído por um elevado número de alunos oriundos de áreas rurais do município. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por meio do website SurveyMonkey. Um link com as perguntas foi gerado pelo SurveyMonkey e enviado por e-mail ao corpo discente da escola que acolheu nossa pesquisa e seus coordenadores. As respostas foram obtidas de modo anônimo e de forma online entre os meses de novembro e dezembro de 2020. Os participantes receberam pseudônimos para preservar sua integridade e anonimato.

ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Frente ao atual cenário pandêmico decorrente da disseminação do vírus Sars-Cov-2 — Covid-19 — entre os seres humanos, o estudo foi realizado de modo on-line através do website SurveyMonkey. A adoção desse mecanismo teve por finalidade salvaguardar a segurança dos participantes da pesquisa de modo a não os expor às situações com caráter potencial de contaminação pelo Covid-19.

Inicialmente, entramos em contato com o diretor da escola e expusemos nosso interesse em realizar uma pesquisa com os professores da instituição, após explicarmos os objetivos e métodos da pesquisa, o diretor concordou com o desenvolvimento do estudo. Posteriormente, elaboramos o questionário e enviamos ao diretor, o qual ficou responsável por encaminhar o e-mail aos professores.

Por conseguinte, seguindo as prerrogativas das Resoluções 466/12 e 510/2016, nos comprometemos com os participantes da pesquisa em adotar medidas que garantissem a preservação e integridade e sua identidade, bem como, o anonimato da instituição à qual estão vinculados. Assim sendo, os nomes dos participantes da pesquisa não constam no corpo do trabalho, isso posto, nos utilizamos da categoria “professor” para nos referir aos participantes da pesquisa nas citações.

Por fim, como etapa inicial da pesquisa, os participantes tiveram acesso aos termo de livre esclarecido (TCLE), no qual foi apresentado o objetivo do estudo e os potenciais benefícios e riscos do estudo e os possíveis usos dos dados coletado (produção e divulgação de artigos científicos). Após a concordância com o conteúdo apresentado no referido documento, os participantes eram conduzidos ao questionário.

PASSOS INTRODUTÓRIOS

Em decorrência da propagação do vírus – Sars-CoV-2 entre seres humanos, diferentes nações adentraram em um estado de alerta e terror com a emergência da pandemia de Covid-19. Em outubro de 2021, somam-se mais de 4,55 milhões de óbitos nas diferentes partes do globo. No Brasil, especificamente, até o período citado, já foram registradas mais de 600 mil mortes (COVID-

19 DASHBOARD, 2021). Esses números expõem a complexidade do desafio que se coloca aos governantes do Brasil e do mundo.

O impacto causado pela pandemia do novo coronavírus vem impondo drásticas modificações na rotina da população mundial. Diversas áreas foram atingidas por essas mudanças, entre elas, a educação. Logo após a OMS declarar pandemia de coronavírus, o Ministério da Educação passou a definir critérios para a prevenção ao contágio da COVID-19 nas escolas. Desse modo, o desafio fundamental da educação brasileira tem sido se readequar ao cenário para que os estudantes não sejam prejudicados com a pandemia (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020, p. 221).

Frente a tais exposições, é possível deduzir que o Covid-19 tem afetado o mundo de uma forma inesperada e sem precedentes em múltiplos campos: sociais, políticos, econômicos, educacionais e de saúde pública. Posto isso, diversos países têm adotado diferentes medidas com vista à contenção da disseminação do vírus Sars-CoV-2 (Covid-19), dentre as principais medidas estão o uso de máscara para proteção facial, o isolamento e distanciamento social, uso de álcool em gel, toques de recolher e os períodos de quarentena (COUTO; COUTO; CRUZ, 2015; DARSIE; WEBER, 2020; NEVES; ASSIS; SABINO, 2021). Essas mudanças geraram impactos profundos na rotina dos cidadãos das diferentes nacionalidades.

Até meados de janeiro de 2020, o Brasil assistia os casos de Covid-19 se multiplicarem em diversos países como China, Itália, França, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha como um fato ou uma realidade totalmente distante. Nem os crescimentos astronômicos diários no número de casos e muito menos as superlotações de hospitais nesses países nos mobilizou a adotar medidas de prevenção. Em consequência, no dia 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 no estado de São Paulo. Desde então, o número de casos cresceu vertiginosamente (G1, 2020).

Frente à nova realidade, no dia 16 de março de 2020, o governador do estado de São Paulo, publicou o decreto número 64.864 no Diário Oficial, onde apresentava a suspensão de todas as aulas presenciais nas escolas estaduais e municipais do estado. Subsequentemente, no dia 18 de março de 2021, é feita a publicação da Resolução SEDUC, na qual fica estabelecido o ensino obrigatório no modelo remoto durante o período de suspensão das atividades presenciais. Entretanto, essa medida nos convida a refletir sobre o contexto brasileiro, especialmente, sobre alguns desafios que já existiam e se intensificaram nesse quadro pandêmico, por exemplo, a relação entre a desigualdade socioeconômica e a exclusão de ordem territorial e tecnológica.

MAPEANDO O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO NO ATUAL CENÁRIO PANDÊMICO

Construir uma política educacional efetiva nesse cenário que se desenha não é uma tarefa simples. Segundo dados apresentados por Cristaldo (2021) à Agência Brasil, o estabelecimento e a profusão de políticas educacionais para a efetiva salvaguarda do direito a educação de forma isonômica no Brasil não se mostram como uma tarefa simples, tendo em vista as mais de 179 mil escolas de educação básica distribuídas em 5.570 municípios, cuja população ultrapassa a marca dos 47 milhões de estudantes.

No cenário brasileiro, para além do enfretamento aos múltiplos desafios impostos pelo quadro pandêmico, outro agravante foi o negacionismo que levou a uma postura passiva do Ministério da Educação, fator esse que contribuiu para a criação de ações isoladas por parte governadores das diferentes regiões do país, bem como dos gestores municipais (CAPONI, 2020). Sob essa conjuntura, uma parcela significativa dos estados nacionais “decidiu colocar os professores em recesso escolar ou antecipar as férias enquanto elaboravam as estratégias que julgavam mais adequadas” (ESTADÃO, 2020, n.p).

A exemplo da situação supracitada, no estado da Bahia, as atividades escolares na rede municipal e estadual foram totalmente suspensas. Como via para contenção dos prejuízos escolares, algumas atividades em modo remoto foram desenvolvidas, mas não houve um plano com objetivos e metas pautadas em políticas educacionais voltadas para a continuação das aulas na modalidade remota nesse período (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020). Por outro lado, São Paulo, assim como outros estados colocaram em ação projetos que viabilizassem a continuidade do ano letivo (SÃO PAULO, 2020). Projetos esses, que foram recepcionados com muitas críticas e elogios.

As críticas lançadas ao modelo adotado pelo governo de São Paulo, giraram em torno das discrepâncias sociais, econômicas e familiares as quais os estudantes estão imersos, e, qual seria a efetiva garantia das condições de igualdade de ensino e aprendizagem frente às “salas de aulas” tão distintas. Por outro ângulo, segundo dados do Portal do Governo de São Paulo (2020), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) selecionou as políticas educacionais adotadas pelo estado de São Paulo para compor o quadro de boas práticas no que se refere ao desenvolvimento de ações para a continuidade das aulas nessas circunstâncias adversas.

Embora as políticas adotadas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo tenham sido classificadas com o rótulo de boas práticas, não se deve perder de vista que um expressivo número de estudantes por estarem em situação de vulnerabilidade social, não contam com os aparatos tecnológicos necessários para materializar as atividades apresentadas, das quais, acesso a aplicativos, canais da TV aberta e plataformas virtuais. Tendo em vista que, desde muito antes à emergência da pandemia, no palco brasileiro, assistia-se uma expressiva diferença no desempenho escolar entre alunos de uma mesma unidade educacional, esse fenômeno se agravou com a suspensão das aulas presenciais em decorrência da atual atmosfera pandêmica. Isso posto, para quem tais medidas ressoaram como “boas práticas”?

UMA LEITURA DAS ENTRELINHAS

Em matéria publicada no dia 01 de setembro de 2020, O Jornal da USP, aponta que 80% dos estudantes que ficaram sem aula no ano de 2020 são alunos da rede pública de ensino. Fator que expõe um processo semelhante ao que foi e está sendo assistido no âmbito da saúde. A inexistência de uma política nacional de educação para o enfretamento dos efeitos da pandemia no âmbito educacional, atrelado a ausência ou limitações tecnológicas nas residências dos alunos e professores, criou uma paisagem complexa, cujos efeitos a longo prazo ainda se mostram sem precedentes.

Antes da pandemia, a comunicação entre a escola e a comunidade escolar crescia com as redes sociais *on-line*, mas estava restrita a websites e blogs. As barreiras identificadas para o ensino remoto estavam ligadas ao acesso da internet e as baixas velocidades de conexão. No Brasil pré-pandemia, 16,5 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com condições limitadas para a educação remota, sem conexão com internet ou com velocidades de download abaixo de 4 Mbps. Nas áreas rurais, a inadequação da infraestrutura atingia 85% dos jovens dessa faixa etária (4,1 milhões) (JORNAL DA USP, 2020, n.p).

É notório que no Brasil, assim como em diversos países, há um acesso desigual à internet. Para exemplificar essa exposição, quase metade da população brasileira não tem acesso à internet ou possui um acesso instável e limitado (COUTO; COUTO; CRUZ, 2015). Tal realidade é ainda mais grave quando se considera somente residentes de áreas rurais e periféricas dos centros urbanos. Por exemplo, enquanto 92% da classe média tem acesso à internet, a porcentagem cai para apenas 48% em relação a população de baixa renda. No caso dos domicílios pertencentes a famílias das camadas de renda D e E, de acordo com dados de 2018 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), somente 9% possuíam computador, 55% acessavam a internet através de telefone móvel com planos pré-pagos e 33% não possuíam nenhum acesso à internet (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2020).

É notório que a pandemia expôs a desigualdade social, econômica e educacional de maneira acentuada. Fenômeno esse que levantou o véu que encobria um problema estrutural, que embora estivesse notório, foi deixado nos bastidores por um largo espaço de tempo na história, e, apresenta-se atualmente como um grande desafio aos gestores federais, estaduais e municipais. Portanto, dentre as principais problemáticas que afetam o processo de aprendizagem dos estudantes nesse novo jogo social, destacam-se "[...] a condição socioeconômica da família e as estratégias adotadas para a realização das atividades escolares [...]" (JORNAL DA USP, 2020, n.p.).

Embora a Educação seja considerada um direito de todo cidadão, nesse campo atual, muitas ambiguidades se fazem presentes, posto que, nem todas as pessoas têm acesso aos dispositivos tecnológicos necessários para o pleno usufruto de tal direito nesse circuito pandêmico. Tal evento corrobora diretamente para que milhões de crianças e adolescente sejam excluídas do seu direito universal a educação pública e gratuita por falta de acesso à internet. Em corroboração ao exposto, Professor 6 (2020), destaca que "O impacto para alunos de áreas rurais tem sido desfavorável devido à dificuldade de acesso à internet". Dando ênfase a essa questão, Professora 9 (2020), acrescenta que "os alunos das zonas rurais já têm maior dificuldade por causa do transporte no período de aula presencial, agora piorou muito, são carentes por falta de informações, falta de tecnologia. Se precisar entregar ou retirar uma atividade na unidade escolar, também são prejudicados".

Fatos dessa magnitude expõem a importância de um olhar crítico acerca das políticas educacionais que foram e que continuam a serem esboçadas no território brasileiro. Isso posto, é evidente a importância não apenas de uma educação emancipatória, mas também, a emancipação do modelo de educação escolar que ainda se mostra fortemente imbricado aos compromissos burgueses (FREIRE, 2019; SANTOS, 2019). Assim sendo, fica evidente a importância de uma articulação que busque não apenas superar as adversidades que se apresentam atualmente para o

efetivo acesso dos estudantes à continuidade de sua formação escolar, mas também, buscar caminhos para a superação dos entraves sociais, políticos e econômicos que estão alinhados nessa conjuntura social, e que, de forma explícita e implícita produzem condições para a exclusão.

TECENDO PERCEPÇÕES: O OLHAR DOCENTE SOBRE O CENÁRIO PANDÊMICO

A partir das exposições de Hampshire (2020), constata-se que a implantação do ensino remoto decorrente do fechamento das escolas no cenário pandêmico, teve reverberações diretas na saúde mental dos professores. Sob esse ponto, a Professora 4 (2020), nos informa que “[...] passei a dar aulas a distância e a falta de contato direto com colegas, alunos me levou a um quadro de depressão”. Seguindo essa linha, outros professores relatam que essa nova realidade profissional tem desencadeado um forte sentimento de insegurança. Isso posto, constata-se que “os docentes, em condições de mudanças, são impulsionados ou obrigados a se adequarem às atribuições de um novo perfil profissional e, conseqüentemente, às exigências de novas performances para que as demandas sejam atendidas” (BALL, 2014 Apud PEREIRA; SANTOS; MANENTI, 2020, p.29). Mediante às novas configurações trazidas pela pandemia, dezoito dos dezenove participantes da pesquisa, afirmam que sua atuação profissional sofreu um impacto profundo nesse novo cenário.

Segundo Pereira, Santos e Manenti (2020, p.29), dentre os efeitos trazidos pela pandemia ao sistema educacional, é possível citar os impactos no contexto laboral, pois se passou a requerer de forma impositiva uma reinvenção constante das práticas docentes. Contudo, é válido salutar que nesse cenário, muitas lacunas se fazem presentes, das quais é possível citar “as condições trabalhistas, estruturais e até mesmo formativas, destes profissionais da educação.” Partindo dessa argumentação, muitos professores relataram que o governo do estado requisitou o ensino remoto de forma muito drástica e rápida, sem providenciar inicialmente um aperfeiçoamento ou formação para os professores lidarem com o meio tecnológico no processo didático pedagógico.

Frente ao exposto, a Professora 8 (2020) declarou que, “[...] precisamos aprender a dar aulas remotamente, e com poucos recursos, aprendi a tirar leite de pedra”. Em colaboração ao exposto, o Professor 2 (2020), acrescenta que, “[...] estamos ministrando aulas com ensino remoto e isso tem sido um desafio para todos”. Por sua vez, o Professor 1 (2020), acrescenta que “as aulas sempre foram presenciais com contato direto com o aluno e devido a pandemia tive que me adaptar a aulas remotas, sem nenhuma formação para isto”.

Apesar dos desafios, quinze dos dezenove participantes da pesquisa interpretam as medidas adotadas pelo estado de São Paulo, como adequadas. Nesse sentido, o Professor 1 (2020), entende que “todos nós, assim como o governo, a equipe escolar, os professores, os alunos e suas famílias, ninguém estava preparado para lidar com esta situação”. Frente ao exposto, o Professor 2 (2020), acrescenta que o governo do estado de São Paulo “têm se esforçado da melhor maneira possível para enfrentar esse desafio”.

No tocante as medidas adotadas pelo governo de São Paulo para enfrentar os impactos da pandemia no campo educacional, vale ressaltar que alguns professores alegaram que houve um suporte tecnológico conferido pelo governo estadual, contudo, tal apoio demorou para ocorrer. Com relação ao referido suporte, a Professora 7 (2020), aponta que “[...] o programa de apoio

tecnológico precisava ter sido ativado com maior rapidez [...]”. Sob essa linha, as professoras e professores entrevistadas(os) citaram que, apesar dos diversos problemas de capacitação no início do ensino remoto, o governo do estado de São Paulo passou a desenvolver iniciativas visando solucionar as demandas emergentes.

Em seguimento, os professores e professoras que participaram da pesquisa afirmaram que com o ensino remoto surgiram gastos inesperados, a exemplo, a compra de aparatos tecnológicos para exercer o ensino na nova modalidade — câmeras, celulares e computadores. Em ato contínuo, no tocante à contribuição do governo para aquisição desses aparatos tecnológicos, um dos participantes expôs que o governo de São Paulo “[...] não contribuiu com nenhum dos instrumentos que precisamos usar [...]” e acrescentou, “[...] falta informações, falta auxílio em equipamentos para os professores, as aulas remotas detonaram meu smartphone, assim como meu notebook e os equipamentos de muitos outros professores” (Professora 3, 2020). Frente aos expostos, Souza (2020, p.112), “afirma que pandemia impôs grandes desafios para professores e estudantes, em especial, na educação básica”.

Em corroboração ao exposto, a Professora 7 (2020) mencionou que o governo do estado de São Paulo criou um plano para a aquisição de computadores novos, contudo, a entrevistada, expõe que “[...] na minha opinião o plano que estão oferecendo para os professores adquirirem computadores não está coerente com o que precisamos. Precisamos de um bom computador com boa capacidade de processamento e armazenamento e com tela grande; o que foge do orçamento oferecido”.

Quanto à jornada de trabalho, muitos professores apontaram que a mudança para o ensino remoto, resultou em um aumento significativo no número de horas (não pagas) trabalhadas durante a semana. Por exemplo, um dos participantes aponta que, “[...] houve um grande aumento no período de trabalho, não exigido pelo estado, mas sim pela necessidade de dar conta da demanda” (Professora 7, 2020). Outro professor indica que o trabalho se intensificou, pois “alguns professores passaram a visitar às casas dos alunos que não acessavam as atividades remotas, o que não deveria acontecer por conta da pandemia” (Professor 1, 2020).

Segundo o Professor 6 (2020), um dos maiores desafios enfrentado nesse período “[...] é conseguir o acesso remoto para os alunos, principalmente para os alunos com dificuldades, necessidades especiais e financeiras”. Para tais alunos, o problema vai além da questão financeira, pois também existe a indisponibilidade de internet móvel e fixa em certas regiões do município (ausência de cabos e de sinal até a localidade) (Professora 4, 2020; Professor 6, 2020; Professor 2, 2020; Professora 5, 2020). Sob esse panorama, é possível constatar que a inclusão digital é uma demanda atual para efetiva “[...] formação dos indivíduos ante as tecnologias na sociedade contemporânea” (NEVES; COUTO; CUNHA, 2015, p.380).

Para uma das professoras participante da pesquisa, muitos alunos possuem “dificuldades de acesso à internet, alguns alunos de área rural não têm acesso a telefone, televisão, dificilmente vem a comarca, só se precisar ir ao médico, fazer compra só aos sábados e uma vez por mês” (Professora 4, 2020). Outro problema identificado está relacionado ao fato de que muitos alunos não possuem o equipamento adequado para acessar ao material, ou, assistir e participar das aulas. Sob tal questão, a Professora 4 (2020) declarou que os alunos “[...] não possuem aparelhos

compatíveis”. Seguindo essa linha de observação, o Professor 2 (2020) acrescentou que “[...] ainda falta muita infraestrutura, principalmente para os alunos mais carentes, sem internet, ou, um aparelho adequado para baixar os aplicativos propostos.” O mesmo professor resumiu o problema da seguinte maneira, “[...] muitos alunos não têm acesso a todas as informações necessárias (internet, aparelho apropriado...) os professores e as escolas estão se desdobrando atrás desses alunos, usando seus aparelhos e internet particulares”.

Este panorama permite uma correlação com as ideias de Neves, Couto e Cunha (2015). Para esses autores, a inclusão digital é um elemento importante para a projeção e efetividade do usufruto do status cidadania de cada brasileiro e brasileira. No atual quadro pandêmico, os efeitos da exclusão digital se tornaram mais perceptíveis. Assim, a criação de meios para a garantia da inclusão digital, é sobretudo, uma atuação prática para a resolução de problemas sociais, que em certa medida, inviabiliza a participação crítica e a autonomia dos indivíduos na vida em sociedade. No caso do contexto escolar, verifica-se a produção de uma exclusão sistemática. Isso posto, promover inclusão digital é um passo importante para uma efetiva inclusão social, pois em nossa sociedade, as tecnologias da informação não são meros dispositivos ou instrumentos, mas integradores do nosso contexto social e cultural.

Apesar das dificuldades acima discutidas em relação à falta de acesso à tecnologia adequada e à internet, um dos participantes declarou que a escola tem buscado resolver tal problemática por meio da impressão das atividades em papel A4 e sua respectiva disponibilidade para que os alunos possam recolhê-las diretamente na unidade escolar. A esse respeito, um dos entrevistados, afirmou que: “os alunos da zona rural têm mais dificuldade quando o assunto é tecnologia, porém a escola mandou material impresso aos alunos, que devolvem as atividades feitas semanalmente” (Professora 3, 2020). Contudo, tal iniciativa não tem sido suficiente, uma vez que, devido à pandemia muitos alunos e pais de alunos de áreas rurais deixaram de ter acesso semanal aos meios públicos de transporte, especificamente, o transporte escolar.

Assim, a falta de transporte público deve ser considerada como um dos fatores excludentes no que concerne ao acesso educacional nesse contexto pandêmico. De acordo com um dos participantes “[...] os alunos das zonas rurais já têm maior dificuldade por causa do transporte no período de aula presencial e agora piorou, muitos são carentes por falta de informações, falta de tecnologia e se precisar entregar ou retirar uma atividade na unidade escolar também são prejudicados” (Professor 2, 2020). Outro participante afirmou que os “alunos da área rural têm sido mais impactados pela dificuldade de acesso aos meios digitais, internet, locomoção até a escola, pois para os alunos que não tem os recursos digitais adequados a escola disponibiliza todo material das atividades impresso” (Professor 1, 2020).

Essa orquestração deixa nítida as disparidades decorrentes da “[...]apropriação desigual da riqueza socialmente produzida e da divisão da sociedade em classes [...]” (SOUZA; SILVA, 2019, p.4). Posto isso, é possível perceber que “o diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza é o de que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres” (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p.141).

Ao associar as exposições dos professores com os postulados de Grossi, Costa e Santos (2013, p.71) é perceptível que “a desigualdade social favorece a exclusão digital e, esta por sua vez

reforça a desigualdade social, é preciso uma nova postura e um novo olhar por parte do governo para diminuir o quadro perverso da desigualdade brasileira”. Tal realidade expõe a urgência e necessidade de se promover políticas públicas eficientes e que visem uma atuação direta e concreta nas estruturas das desigualdades.

RESULTADOS

Os resultados obtidos com o presente estudo demonstram que os professores que participaram do estudo foram afetados negativamente pelo atual contexto pandêmico. Em concomitância a essa exposição, os professores, apontam que os alunos que residem nas áreas rurais foram atingidos de forma negativa pelo ensino remoto. Em face do exposto, constata-se que as marcas da desigualdade e exclusão social, não são elementos passadistas. Tais fenômenos, continuam atuantes em nossa sociedade Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.141). A esse respeito, a Professora 9 (2020), destaca que esses “[...] alunos são carentes e não conseguem acompanhar os estudos, pois seus pais trabalham fora e muitos cuidam da casa e irmãos menores, enquanto outros, também trabalham para ajudar no sustento da casa”. Em vista disso, as medidas educacionais relacionadas ao ensino remoto implementadas pelo governo do estado de São Paulo como resposta ao Covid-19 têm exacerbado o acesso desigual dos indivíduos à educação pública e gratuita como um direito universal, temática estudada por diferentes pesquisadores (CASTRO, 2009; NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010).

Por conseguinte, outro participante da pesquisa afirma que “[...] alunos urbanos, tem maior facilidade para realizar as atividades e até mesmo mais informações e as vezes mais incentivo por parte dos familiares, os outros 2 grupos (alunos de áreas rurais e filhos de imigrantes sazonais), os pais são mais humildes e as vezes nem tem as informações necessárias para ajudar seus filhos [...]” (Professor 2, 2020). Assim sendo, “[...] os alunos com maior poder aquisitivo e pais com um nível educacional melhor, se saíram melhor. Agora aqueles que não têm condições financeiras para adquirirem uma boa internet, um computador ou um bom celular, foram prejudicados [...]” (Professora 7, 2020).

Caberia, aqui, considerar as relações entre o “campo social de lutas”, espaço de poder simbólico, de posições sociais em que circulam diversos tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico), e o “campo do objeto de representação”, o qual supõe um conteúdo estruturado de significações construídas nas comunicações entre grupos, com base em seus conhecimentos, e inseridas em uma dinâmica de influências envolvendo tomadas de posição que refletem imagens ou modelos sociais. A posição social do grupo pode também revelar seu “capital simbólico” em relação a outros grupos (CAMPOS; LIMA, 2018, p.111).

Em meio a esse quadro de campos e contextos plurais, as consequências oriundas desse novo cenário educacional se expressam de formas variadas sobre a vida dos estudantes e professores, embora sejam lidos em categorias gerais, às realidades são diversas e por vezes com graus extremos de disparidades. Frente a esse cenário, ressalta-se o elevado índice de evasão dos alunos em situação de vulnerabilidade, a saber, alunos de áreas rurais e os alunos filhos de imigrantes sazonais que trabalham na colheita de cana-de-açúcar que compõem o quadro de estudantes da escola a qual os professores participantes da pesquisa estão vinculados. Ou seja,

um dos efeitos do atual contexto pandêmico de acordo com os entrevistados, é a elevada evasão desses estudantes.

Como afirmou um dos entrevistados, “[...] Muitos dos que não tem participado das aulas a distância pertencem a esse nicho, dificuldades econômicas, falta de estrutura familiar torna (torna) esse grupo venerável” (Professora 7, 2020). Outro entrevistado acrescenta, dizendo que “A grande maioria dos alunos não estão participando das aulas à distância, a evasão é muito alta” (Professor 2, 2020), pois muitos alunos não “[...] puderam se envolver com as propostas oferecidas” (Professora 7, 2020). Destarte, Silva e Cruz (2020), apontam que a educação escolar deve estar em sintonia com a realidade dos educandos, pois sem esse diálogo, um fazer educacional emancipador e formativo se torna de difícil acesso para aqueles que foram, e ainda são excluídos do campo social, político, econômico e educacional.

Em suma, de acordo com os dados obtidos com as entrevistas, é possível constatar que a suspensão do ensino presencial e a mudança para o ensino remoto no estado de São Paulo impactou drasticamente a rotina dos professores (as) e alunos(as) da unidade escolar que se constituiu como *lócus* da pesquisa. Sob a percepção dos professores, os alunos das áreas rurais foram os mais afetados. A partir da triangulação dos dados foi possível constatar que os efeitos da pandemia na rotina dos professores e professoras aconteceram em três pontos principais: saúde mental, tecnológico e financeiro/temporal. Por sua vez, com base na percepção dos professores, constate-se que, dentre os impactos pandêmicos sobre os alunos, destacam-se a falta de acesso à tecnologia adequada e à internet, falta de transporte público e falta de apoio familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo desenvolver uma investigação acerca da percepção dos professores e professoras de uma escola do estado de São Paulo, sobre os impactos da pandemia em sua atuação profissional. Desta forma, o presente artigo busca contribuir para a literatura existente sobre o tema, como também, convidar o leitor a refletir a respeito das diferentes facetas sociais, psicológicas, políticas e econômicas que emergiram ou se intensificaram com a pandemia de Covid-19.

Os resultados obtidos por meio da pesquisa nos permitiu compreender que as medidas adotadas pelo governo do estado de São Paulo, como a mudança drástica do ensino presencial ao remoto, excluiu um número expressivo de seus estudantes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, os resultados da pesquisa demonstraram que os professores também foram afetados diretamente em três pontos principais, a saber, nível psicológico, tecnológico e financeiro/temporal.

Em ato contínuo, destaca-se que, em um país como o Brasil, cujas marcas da desigualdade social e econômica ainda são pujantes, o ensino remoto não se apresenta como um caminho isonômico para a materialização do fazer educacional escolar. É notório que determinados grupos de estudantes, especialmente aqueles em vulnerabilidade econômica, são os mais afetados por essas medidas. Por exemplo, enquanto alguns desses alunos são excluídos do ensino remoto pela falta de acesso à internet ou aparelhos compatíveis para exercerem as atividades, outros sofrem

com abusos domésticos e com a falta de alimentação até então providenciada pelas escolas (FINKEL, 2020; HAMPSHIRE, 2020).

Em suma, a pandemia de Covid-19 não é a primeira a existir, e infelizmente muitos pesquisadores acreditam que não será a última. Isso nos remete à importância do desenvolvimento de pesquisas que se debrucem sobre os problemas existentes nas atuais políticas educacionais em resposta à pandemia, como também, investigar os impactos futuros dessas medidas. Nesse ínterim, repensar medidas que sejam mais solidárias, inclusivas e eficientes, principalmente para aqueles indivíduos que se encontram situação de vulnerabilidade econômica, é um fazer urgente e necessário. Muitas lacunas se apresentam nesse complexo cenário, uma delas é a inexistência de estudos que investiguem como está sendo conduzida a educação por meio remoto dos estudantes com necessidades especiais. Eis aqui alguns pontos a serem explorados por pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, Ricardo Paes de. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p.123-142, 2000, ISSN 1806-9053. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJvFkx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2021.
2. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal e Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2002.
3. CAMPOS, Pedro Humberto Faria; LIMA, Rita de Cássia Pereira. Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento. **Caderno de Pesquisa**. v.48, n.167, jan./mar.; p.100-127, 2018. ISSN: 1980-5314. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/9Lprjy4vFj9Q4K3VWVr3B8d/?lang=pt>>. Acesso em: 03 fev. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/198053144283>.
4. CAPONI, Sandra. COVID-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n.99, p. 209-224, maio/agosto. 2020. ISSN: 1806-9592. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?lang=pt>>. Acesso em: 02 mar. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>.
5. CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. ISSN: 1678-4626. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 fev. 2021.
6. CEE ORIENTA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SOBRE AS ATIVIDADES CURRICULARES A DISTÂNCIA NO PERÍODO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS. **Governo do Estado da**

- Bahia.** Salvador, 27 de março de 2020. Disponível em: <<http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
7. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2019.** São Paulo Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.
 8. COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas**, v.8, n.3, p. 200-217, Fluxo Contínuo. 2020. ISSN: 2316-3828. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>>. Acesso em: 10 fev. 2021. Doi: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>.
 9. COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). **Johns Hopkins University**, 18 de março de 2021.
 10. CRISTALDO, Heloisa. Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico. **AGÊNCIA BRASIL.** Brasília, 29 de janeiro de 2021.
 11. DARSIE, Camilo; WEBER, Douglas Luís. Doença e controle espacial: questões sobre dispersão e isolamento em tempos de pandemia. **J. Infect. Control**, v.9, n. 2, p. 47-48, abr./jun., 2020. ISSN 2316-5314 Disponível em: <https://jic-abih.com.br/index.php/jic/article/view/298/pdf_1>. Acesso em: 14 nov. 2021.
 12. FINKEL, Alan. Differential learning outcomes for online versus in-class education. **Australian Academy of Science.** Australia, 14 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.science.org.au/sites/default/files/rrif-q005-covid19-online-vs-in-class-education.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
 13. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 71. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019.
 14. GORE, Jennifer *et al.* The impact of COVID-19 on student learning in New South Wales primary schools: an empirical study. **The Australian Educational Researcher.** 2021. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s13384-021-00436-w#citeas>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
 15. GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; COSTA, José Wilson da; SANTOS, Ademir José dos. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 24, n. 2, p. 68-85, maio/ago., 2013. ISSN: 2236-0441. Disponível em:

- <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2480>>. Acesso em: 13 jan. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i2.2480>.
16. HAMPSHIRE, Anne. Youth poverty in COVID-19 Australia. **Committee for Economic Development of Australia**, 29 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.ceda.com.au/Digital-hub/Blogs/CEDA-Blog/April-2020/Youth-poverty-in-COVID-19-Australia>>. Acesso em: 3 de jun. 2020.
 17. INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DEIXA MILHARES DE ESTUDANTES SEM AULA NO BRASIL. **Jornal da USP**, São Paulo, 01 setembro de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/inexistencia-de-politicas-educacionais-deixa-milhares-de-estudantes-sem-aula-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
 18. NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; ASSIS, Valdegil Daniel de; SABINO, Raquel do Nascimento. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: estado da arte. **Revista do PEMO**. Fortaleza, v. 3, n. 2, 2021. ISSN: 2675-519X. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5271>> . Acesso em: 13 nov. 2021.
 19. NEVES, Barbara Coelho; COUTO, Edvaldo Souza; CUNHA, Maria Couto. Fundamentos e agenda da inclusão digital no brasil: pesquisas em educação. **Revista de Educação PUCRS**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 379-386, set./dez. 2015. ISSN: 1981-2582 Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21782/14112>>. Acesso em: 15 fev. 2021. Doi: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.3.21782>
 20. NEY, Marlon Gomes; SOUZA, Paulo Marcelo de; PONCIANO, Nivaldo José. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no brasil rural e urbano. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. n. 46, 2008, Acre. **Anais Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Acre: AgEcon, 20 a 23 de julho de 2008, p. 33-55. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/110016/>>. Acesso em: 16 fev. 2021. Doi: 10.22004/ag.econ.110016.
 21. OS IMPACTOS DA COVID-19 NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Estadão**, São Paulo, 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/os-impactos-da-COVID-19-nas-politicas-publicas-da-educacao-basica/>> . Acesso em: 15 jan. 2021.
 22. PEREIRA, Alexandre de Jesus; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia de Covid-19 nas escolas públicas. **Rev. Augustus**, Rio de Janeiro, v.25, n. 51, p. 219-236, jul./out., 2020. ISSN: 1981-1896. Disponível em: <

- <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/554> . Acesso em 15 de novembro de 2021.
23. PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS, Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Revista BOCA**, Boa Vista, v.3, n.9, p.25-33, 2020. ISSN: 2675-1488. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/Pereiraetal>>. Acesso em: 19 fev. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3986851>.
24. PRIMEIRO CASO CONFIRMADO DE COVID-19 NO BRASIL OCORREU EM SP E COMPLETA SEIS MESES NESTA QUARTA. **G1**, São Paulo, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml>>. Acesso em: 19 de mar. 2021.
25. RESOLUÇÃO SEDUC 11. **Diário Oficial**. São Paulo, v.131, n.16, 2021. Disponível em: <http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v6/index.asp?c=30059&e=20210125&p=1>. Acesso em: 18 mar. 2021.
26. SILVA, Ueliton André dos Santos; CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. Educação crítica em movimento: o potencial decolonizador do letramento. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 32, n. 01, jul./dez., 2020. ISSN: 1982-3916. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/15041>>. Acesso em: 15 jan. de 2021.
27. SOUZA, Elmara Pereira de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. v.17, n.30, jul./dez., p.110-118, 2020. ISSN:2358-1212. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127/5030>>. Acesso em: 20 fev. 2021.
28. SOUZA, Maria Isabele Duarte de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Pobreza, Desigualdade Social e Território: ambiência de atuação da Política Pública de Assistência Social. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 19, n.2, p. 1-17, 2019. ISSN:1982-7814. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/download/10954/209209211350/>>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.19i2.0004.
29. SP INTEGRA CASES DE BOAS PRÁTICAS DA OCDE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE PANDEMIA. **Portal do Governo de São Paulo**, São Paulo, 04 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-integra-cases-de-boas-praticas-da-ocde-de-politicas-educacionais-durante-pandemia/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Ueliton André dos Santos Silva

Mestrando em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens-GEREL/CNPq-UNEB. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB.

Tiago Roberto Alves Teixeira

Pós-doutorando em Geografia Econômica pela Durham University, Reino Unido. Doutor em Geografia pela Syracuse University (Estados Unidos). Membro do Grupo de Pesquisa GERA da UNESPAR.

Como citar este documento:

SILVA, Ueliton André dos Santos; TEIXEIRA, Tiago André dos Santos. AS PERFORMANCES DO PROFESSAR: DESLOCAMENTOS DO RIO DO SABER EM PRÁXIS INCORPORADAS. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 218-233, jan. 2022. ISSN 1982-9949. Acesso em: _____ . doi: 10.17058/rea.v30i1.17046.